



Ministério Público da União

ATOS DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

PORTARIA Nº 474, DE 8 DE AGOSTO DE 2012

A PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições e tendo em vista a deliberação do Conselho Superior do Ministério Público Federal na 6ª Sessão Ordinária, realizada em 7 de agosto de 2012 (Processo CSMPPF nº 1.00.001.000124/2012-71), resolve:

Autorizar o afastamento temporário de suas funções institucionais, com ônus limitado, do Procurador Regional da República NICOLAO DINO DE CASTRO E COSTA NETO, lotado na Procuradoria Regional da República da 1ª Região, para participar, como expositor, do "I Encontro Internacional de Direito Ambiental", promovido pela Escola Nacional da Magistratura/Associação dos Magistrados Brasileiros, a ser realizado na cidade de Manaus, Amazonas, no dia 10 de agosto de 2012.

DEBORAH MACEDO DUPRAT DE BRITTO PEREIRA

PORTARIAS DE 9 DE AGOSTO DE 2012

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o contido no Processo Administrativo MPF/PGR nº 1.00.000.009306/2012-18, resolve:

Nº 476 - Designar o Subprocurador-Geral da República AURÉLIO VIRGÍLIO VEIGA RIOS, Procurador Federal dos Direitos do Cidadão, para exercer a função de coordenador do Grupo de Trabalho Especializado em Direitos Humanos (GT DDHH), no âmbito da Reunião Especializada de Ministérios Públicos do Mercosul e Estados Associados (REMPM).

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, com fundamento no art. 77, parágrafo único, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, tendo em vista o que consta do Ofício nº 2085/2012-MPF/PRE/AP, de 31 de julho de 2012, da Procuradoria Regional Eleitoral no Estado do Amapá, e por necessidade de serviço, resolve:

Nº 477 - Designar o Procurador da República GEORGE NEVES LODDER para, sem prejuízo de suas atribuições, officiar perante o Tribunal Regional Eleitoral do Amapá, em auxílio ao Procurador Regional Eleitoral e sob a sua coordenação, desde 31 de julho a 4 de outubro de 2012.

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, com fundamento no art. 26, inciso IX e no art. 199, § 1º, ambos da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e

tendo em vista a deliberação do Conselho Superior do Ministério Público Militar, reunido na 35ª Sessão Extraordinária, realizada em 6 de agosto de 2012, resolve:

Nº 478 - Art. 1º Promover, por antiguidade, na carreira do Ministério Público Militar, ao cargo de Procurador da Justiça Militar, a Doutora CLAUDIA MÁRCIA RAMALHO MOREIRA LUZ, Promotora da Justiça Militar, em vaga decorrente da aposentaria voluntária da Dra. Teresa Cristina Leal Baraúna, conforme Portaria PGJM nº 135, de 25/4/2012, publicada no DOU nº 83, Seção 2, pág. 69, de 30/4/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos nos termos do art. 199, § 1º, da citada Lei Complementar.

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 26, inciso IX, da Lei Complementar nº 75, de 20/5/1993, e considerando as disposições do art. 127, § 2º, da Constituição Federal, resolve:

Nº 479 - Art. 1º Nomear ISABELLA ANGÉLICA DOS SANTOS CHAVES, bacharela em Direito, aprovada em 47º lugar no 29º concurso público de provas e títulos, para exercer, em caráter efetivo, o cargo de Promotora de Justiça Adjunta da carreira do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, em vaga decorrente da vacância do cargo ocupado pelo Doutor Aragonê Nunes Fernandes, conforme Portaria PGJ nº 836, de 19/7/2012, publicada no Diário Oficial da União de 24/7/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS

SECRETARIA-GERAL

PORTARIA Nº 151, DE 9 DE AGOSTO DE 2012

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 23, inciso II, do Regimento Interno do MPF, aprovado pela Portaria PGR nº 591, de 20 de novembro de 2008, e considerando o disposto no art. 9º, inciso I, e art. 10º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e da Lei nº 10.771, de 21 de novembro de 2003, bem como o que consta do Processo nº 1.00.000.007386/2009-71 resolve:

Art. 1º NOMEAR, em caráter efetivo, no cargo abaixo discriminado e na respectiva lotação do Ministério Público da União, na forma dos Anexos I, II e III desta Portaria, os seguintes candidatos habilitados em concurso público, visando, quando for o caso, o preenchimento das vagas remanescentes de concurso de remoção, ou da(s) vaga(s) tornada(s) sem efeito por meio da Portaria SG/MPU nº 129, de 30 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 31 de julho de 2012, seção 2, página 40.

Art. 2º A posse ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação deste ato no Diário Oficial da União.

PAULO CESAR MAGALHAES BRAYER

ANEXO I

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
I - CARGO: ANALISTA DE ENGENHARIA ELETRICA/PERITO, NÍVEL SUPERIOR, CLASSE "A", PADRÃO 1

CLAS.	INSC.	NOME DO CANDIDATO	UF	CIDADE DE LOTAÇÃO	ORIGEM DA VAGA
11	10659733	BRUNO ANDRADE DINIZ	DF	PR-DF (BRASÍLIA)	LEI Nº 12.321, DE 08 DE SETEMBRO DE 2010.

ANEXO II

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
I - CARGO: ANALISTA DE INFORMATICA - DESENV. DE SISTEMAS, NÍVEL SUPERIOR, CLASSE "A", PADRÃO 1

CLAS.	INSC.	NOME DO CANDIDATO	UF	CIDADE DE LOTAÇÃO	ORIGEM DA VAGA
30	10501898	GUSTAVO COSTA DIAS	DF	PGJM (BRASÍLIA)	LEI Nº 12.321, DE 08 DE SETEMBRO DE 2010.

ANEXO III

MINISTÉRIO PÚBLICO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
I - CARGO: ANALISTA PROCESSUAL, NÍVEL SUPERIOR, CLASSE "A", PADRÃO 1

CLAS.	INSC.	NOME DO CANDIDATO	UF	CIDADE DE LOTAÇÃO	ORIGEM DA VAGA
215	10013783	MICHELLE FLOR HENRIQUES	DF	MPDFT (BRASÍLIA)	LEI Nº 12.321, DE 08 DE SETEMBRO DE 2010.
216	10144664	FELIPE AUGUSTO BARBOSA GOMES	DF	MPDFT (BRASÍLIA)	LEI Nº 12.321, DE 08 DE SETEMBRO DE 2010.
217	10047455	ROMULO SIDNEY FALCI	DF	MPDFT (BRASÍLIA)	LEI Nº 12.321, DE 08 DE SETEMBRO DE 2010.
224	10409098	LEANDRO FERNANDES DASILVA OLIVEIRA	DF	MPDFT (BRASÍLIA)	LEI Nº 12.321, DE 08 DE SETEMBRO DE 2010.
226	10005372	LUCIANA SACCHI BOEIRA	DF	MPDFT (BRASÍLIA)	LEI Nº 12.321, DE 08 DE SETEMBRO DE 2010.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL

PORTARIAS DE 9 DE AGOSTO DE 2012

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL EM EXERCÍCIO, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 23, II, da Portaria PGR/MPF nº 591, de 20/11/08, e tendo em vista o disposto nos artigos 35, inciso II, e 9º, inciso II, da Lei nº 8.112, de 11/12/90, resolve

Nº 969 - 1. Exonerar, a pedido, a partir de 01 de agosto de 2012, CLAUDIO HENRIQUE PEREIRA DOS REIS CRUZ, matrícula 23057, do cargo em comissão de Assessor - Nível II, CC-2, da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.

2. Nomear KAROLYNE CHRISTINA QUEIROZ LEITE, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, matrícula 3554, para exercer o cargo em comissão de Assessor - Nível II, CC-2, da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL EM EXERCÍCIO, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 23, II, da Portaria PGR/MPF nº 591, de 20/11/2008, e tendo em vista o constante no Processo Administrativo nº 1.20.000.001121/2012-72, resolve

Nº 970 - Declarar vago, por motivo de posse em outro cargo público inacumulável, a partir de 19 de julho de 2012, o cargo de Técnico Administrativo, classe A, padrão 5, da carreira de Técnico do Ministério Público da União, ocupado pelo servidor ARNON OSNY MENDES LUCAS, matrícula nº 17972, nos termos do artigo 33, inciso VIII, da Lei nº 8.112, de 11/12/1990.

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL EM EXERCÍCIO, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 23, II, da Portaria PGR/MPF nº 591, de 20/11/2008, e tendo em vista o constante no Processo Administrativo nº 1.00.000.010635/2012-10, resolve

Nº 971 - Declarar vago, a pedido, por motivo de exoneração, a partir de 19 de julho de 2012, o cargo de Analista Processual, classe A, padrão 2, da carreira de Analista do Ministério Público da União, ocupado pelo servidor WILSON CIBULSKIS JUNIOR, matrícula nº 21757, nos termos do art. 34, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11/12/1990.

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL EM EXERCÍCIO, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 23, II, da Portaria PGR/MPF nº 591, de 20/11/2008, e tendo em vista o constante no Processo Administrativo nº 1.00.000.010486/2012-81, resolve